

INSPEÇÃO CORREICIONAL VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO XINGU

Comarca	VITÓRIA DO XINGÚ
Unidade Inspecionada	Vara Única
Competência	Competência plena em matéria cível, empresarial e criminal – RESOLUÇÃO nº 07/2020-GP.
Data da Inspeção/Edital	22.06.2023 Edital n. 04/2023-CGJ, publicado em 10/04/2023.
Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade	Layzza Dinay Amorim Vasconcelos, Diretora de Secretaria da unidade judicial



1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

JUÍZA CAROLINE BARTOLOMEU SILVA, Titular da unidade desde 03.05.2023 (Portaria nº 53/2021-SJ, de 30.04.2021 - PA-MEM-2021/15147).



1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

a. Férias: 22/03 a 05/04/2023 (15 dias)

b. Folgas compensatórias: 06 a 09/04; 31/05 a 02/06/2023 e 05/06/23 a 07/06/2023

c. Licenças: não houve

Observações CGJ : Informações sobre afastamentos prestadas pelo Serviço de Cadastro de Magistrados.

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Não se aplica por se tratar de vara única.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

02 expedientes junto à Corregedoria, porém estão dentro do prazo para resposta e sendo adotadas providências.

Observação CGJ: O Secretário da CGJ, servidor Samuel Guimarães Ferreira, expediu certidão em 16/06/2023 nos seguintes termos: "Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Vitória do Xingu - Vara Única - TJPa", não foi localizado expediente disciplinar em tramitação nesta Corregedoria. Informo ainda, que nada consta em tramitação contra a Magistrada titular da Vara, Dra. Caroline Bartolomeu Silva, assumiu em 03/05/2021. Informo também, a existência dos seguinte expedientes disciplinares contra o Oficial de Justiça ADAILTON DE LIMA SOUZA, lotado na Comarca de Vitória do Xingu, a saber: RD nº 0003167-66.2022.2.00.0814, conclusos em 01º/06/2023 - oficial não apresentou manifestação; PP nº 0001297-49.2023.2.00.0814, conclusos em 08/05/2023 - oficial não apresentou manifestação do Oficial de Justiça em intimações anteriores e PAD nº 0000011-70.2022.2.00.0814, conclusos em 24/05/2023 com relatório final da comissão disciplinar."



1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Durante a correição a equipe do gabinete informou que as reuniões são realizadas com periodicidade quinzenal, sem precisar a data da realização da última reunião.

A unidade não possuía Plano de Ação.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	03
Exclusivamente	00
comissionados(as)	
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários/as	02
Terceirizados/as	00

Vara Unica da Comarca de Vitoria do Xingu

SubArea

Comarcas do Interior

Lotação

Vara Unica da Comarca de Vitora de Xingu

Gestor(a) Localização Layzza Dinay Amorim Vasconcelos

Telefones

E-mail Institucional Juiz Tituler

Caroline Bartolomeu Silva

Nome	Vinculo	6rupo -	
Caroline Bartolomeu Silvie	Magistrados	Diretor do Forum de Vitoria do Xingu	
Josefi Silva Viana	Efetivo	Auriliar Judiciario	
Lane Duarte Gama dos Santos	Efetivo	Aunitor Judiciano	
Layzza Dinay Amorim Vasconcelos	Efetivo	Austriar Judiciano	
Salete da Silva Soares da Costa	Estagianio	Estaglario	
Wellton Faulo Castilho Santos	Estagiario	Estaglario	

2.1.2. **Gabinete**:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	02
Exclusivamente	01
comissionados(as)	



Cedidos(as)/Requisitados(as)	01
Estagiários(as)	00
Terceirizados(as)	00

Gabinete da Vara Unica da Comarca de Vitoria do Xingu			
Sub Area	Comarcas do Interior		
Lotação	Gabinete da Vara Unica da Comarça de Vito	cia do Xingu	
Localização			
Telefones			
1 40 000 1 000 0000			
	ional		
E-mail Instituc	77.50	Vinculo	- Grupe
E-mail Instituc Nome		Ancelo Efeciro	Grupe Analista Judiciano
E-mail Instituc Nome Carnia Marques I Edria Lucia Linta	Trote		19-50/10/10/10/10/10/10

Observações da CGJ:

- Na TLP 1 (Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de 1° e 2° grau) disponibilizada na página da Secretaria de Gestão de Pessoas no site do TJPA não consta relacionada lotação paradigma da Vara Única da Comarca de Vitória do Xingu. A Comarca foi instalada em 06/10/2020;
- O servidor WESLEY é cedido da Prefeitura de Vitória do Xingú e não consta registro dele no sistema IGP, sistema da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme registros acima.

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim, uma servidora (Camila Marques Freire). O controle de sua produtividade é realizado através do painel de gestão de atividades e relatório mensal.

Observação CGJ: Não foi apresentado o relatório mensal de acompanhamento do teletrabalho da servidora, mas mencionado que o controle é feito pela Diretora de Secretaria e pela Magistrada.



2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Através do painel de gestão de atividades.

Observação CGJ: Painel de Gestão de Atividades dos servidores 21/06/2023.

Servidores Secretaria



Observação da CGJ: O servidor Wesley Dantas Mineiro, cedido da Prefeitura fica em gabinete e é responsável pelas audiências.

A Magistrada deve comunicar à Secretaria de Gestão de Pessoas para inclusão do servidor no Painel de Gestão. Os estagiários Salete da Silva Soares da Costa e Wellinton Paulo Castilho Santos constam do painel.

Servidores Gabinete:



2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Através do Painel de Gestão de Atividades e listagem de processos distribuído para

cada servidor.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual a última movimentação do expediente?

Comarca instalada em outubro de 2020 e esta é a primeira inspeção presencial realizada pela Corregedoria Geral de Justiça na comarca.

Restou observado que a comarca de Vitória do Xingú possui boas instalações, as quais estão sendo bem conservadas.

A equipe informou que não constam expedientes pendentes com relação a estrutura do Fórum.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data da coleta de dados pela Unidade: 14/06/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	1710	1778
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	71	61
Total do acervo com prioridade	248	253
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	0	0
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	810	695
Total de processos conclusos para o(a)	238	188



magistrado(a) há mais de 100 dias		
Total de processo envolvendo prioridade legal	33	17
conclusos há mais de 100 dias	00	

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	341
Total de processos julgados	185 sentenças + 15
Total de processos juigados	(homologatórias)
Total de processos baixados definitivamente do	126 (Painel PIB em 22.06.23)
acervo	120 (1 diller 1 15 cm 22.00.20)

OBS.: A maioria da demanda que ingressa na unidade é cível, mas foi informado que, se observado o acervo da Meta 2, a maioria dos feitos são criminais.

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária – Período 20/03/2023 a 20/06/2023

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	529
Despachos	559
Sentenças com resolução de mérito	48
Sentenças sem resolução de mérito	54
Audiências realizadas	136

NOME.	DESTADADE	DEDIZIO INTERIOCUTZINAS	TOTAL DE SENEUNÇAS	STATUTAÇÃS HOMOLOGAZORIAS REQUIROS WITHINGS EAG
NICHE PAULO ALENCAN EPINDOLA.	- 1			
ARDINE BARTOLONOL SAVA	410	400	706	Till Till Till Till Till Till Till Till
INC MAIN SARATIO	71	W		
HATTANIA ALIMAN INDURALIS	101	500	.00	
BORGESH ARBITAD SO ARBITA ASSISTA	. 1	1		
PERSONAL PROPERTY STATEMENT OF THE STATE				
Total	660	-100	100	•

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

A Juíza e a Diretora de Secretaria.

Utilizam as informações do Painel de Gestão para melhorar os índices das metas nacionais/2023, especialmente 1 e 2.

Unidade não apresentou Plano de Ação.



FONTE: Painel de Metas em 22.06.23

Observações da Corregedoria: Nenhuma das Metas se encontram cumpridas, pelo que foi orientada a equipe quanto a necessidade de melhoria na gestão para que, em três meses, aproximasse de 90% do grau de cumprimento das Metas 1 e 2.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:



6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. (x) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (x) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. () Movimentação processual;
- d. () Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. (x)Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe:
- f. (x) controle dos prazos e imediata certificação.
- 6.2. Nos processos suspensos a unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

A Vara única da comarca de Vitória do Xingú possui na data da inspeção 61 (sessenta e um) processos suspensos.

A partir da lista de suspensos disponível no Painel de Gestão Judiciária, restou verificado que há processos com data de suspensão nos anos de 2012, 2014, 2017, 2018, 2019, 2020, sendo a maioria suspensos no ano de 2022. Entre os processos listados foram verificadas as seguintes demandas:

000066184-2007.814.0005 (Ação Penal Ordinária) - Verificados os autos 01.12.2016 foi feito movimento observou-se que em um suspensão/sobrestamento nos autos ainda na 2ª Vara Criminal de Altamira, sendo que, até o momento não houve a retirada pela unidade judicial desta condição de suspenso. Por outro lado, visualizando o trâmite do processo, observa-se que os atos judiciais estavam sendo realizados na 2ª Vara Criminal de Altamira, inclusive no ano de 2023, mesmo na condição de suspenso, pelo que se conclui inobservância aos ditames da Nota Técnica que compõe o Ofício-Circular nº 048/2022-CGJ. Nota-se ainda que o processo chegou na



comarca de Vitória do Xingú por declínio de competência e ainda nem chegou a ser movimentado, nem mesmo para a retirada da condição de suspensão. Há necessidade de avaliação imediata quanto a retirada da suspensão e retomada da marcha processual.

- 000119060.2016.814.0005 (Termo Circunstanciado de Ocorrência) o referido processo ainda aparece apenas no sistema LIBRA. Em consulta pelo número no sistema Pje, não há resultado. Nota-se que o processo sequer foi migrado e continua na condição de suspenso. Imprescindível que a equipe da unidade judicial verifique a ocorrência com o referido TCO, e adote as providências necessárias para saneamento da questão, inclusive com relação a migração.
- 0005399-72.2016.814.0005 (Termo Circunstanciado de Ocorrência/AÇÃO PENAL ORDINÁRIA) Trata-se de processo inicialmente físico e digitalizado e migrado ao sistema Pje em 30.08.2021. Quando da migração já se encontrava na condição de suspenso (desde 2020) por se tratar de réu revel citado por edital), que foi mantida por decisão judicial datada de 08.10.2021. Quando da presente verificação, restou constatado que no Painel de gestão Judiciária o feito está com a classe "Termo Circunstanciado de Ocorrência", enquanto no PJE já se encontra com a classificação de "Ação Penal Ordinária", devendo a equipe da unidade adotar providências para tal desconformidade de informações, realizando a abertura de chamado, caso julgue necessário, tanto para este feito quanto para quaisquer outros que se encontrarem em situação semelhante.

Observações CGJ: Importante enfatizar a importância de leitura e atenção ao que está previsto na Nota Técnica do DPGE que consta do Ofício-Circular nº 048/2022 com relação a retirada da condição de suspenso quando o processo retomar a marcha processual, bem como observar as orientações específicas feitas em cada um dos três processos acima analisados por amostragem, e, diante das questões aqui apontadas, muito relevante que a equipe promova uma análise geral do acervo de processos suspensos, a fim de verificar casos semelhantes aos acima mencionados e adote providências, bem como outros que também necessitarem de regularização de



natureza diversa.

6.3. Os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos)? Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, os cadastros estão sendo realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Em consulta ao **SNBA** identificou-se a existência de **04 (quatro) registros** vinculados a feitos da Unidade, todos com status *"a definir"*. No **SNGB não há registro de bens.**



Observação CGJ: A Unidade precisa cadastrar os bens no SNGB. A lista de bens da delegacia foi entregue à equipe e à Diretora de Secretaria da Unidade para que sejam verificados os bens para cadastro e destinação



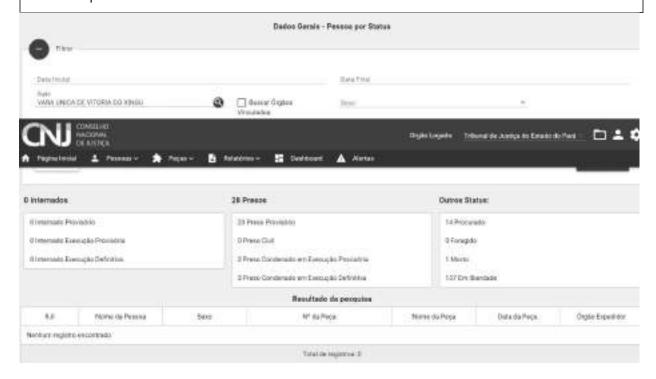
6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?

Assim que é recebido.

- 6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?
- 415. A data da notificação mais antiga é 30/05/2023.
- 6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Sim.

Observação CGJ: Na data da inspeção foi efetuado print do BNMP e não constava nenhum preso civil.



6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada?

Sim.

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?



Não constam registros de processos migrados ainda não movimentados.

Priorizaram a digitalização pelos servidores da própria comarca, que já foram ajustando as informações das partes e da classificação dos processos, bem como da vinculação de cada ato.

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

63.

Observações CGJ: O DPGE disponibilizou a esta CGJ relatório contendo o resultado de baixa processual com relação ao ano de 2023. No referido relatório a Vara única de Vitória do Xingú tinha como meta a baixa de 523 (quinhentos e vinte e três) processos, mas só baixou efetivamente 460 (quatrocentos e sessenta), ficando com um percentual de baixa processual em 2023 em 87,98%. Diante do resultado importante que seja melhor trabalhado o alcance das metas periódicas de baixa processual disponibilizadas no Painel PIB, para que ao final de 2024 a unidade atinja os 100%.

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Não. Constavam 17 (dezessete) paralisados há mais de 100 (cem) dias no gabinete.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Trata-se de comarca com vara única que possui dois oficiais de justiça vinculados (Adailton e André). Os mandados são distribuídos pela secretaria.

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE VITÓRIA DO XINGU – VARA ÚNICA

Av. Manoel Félix de Farias n. 536, Centro, Vitória do Xingu/PA CEP: 68383-000



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

E-mail: 1vitoriadoxingu@tjpa.jus.br Telefone (91) 984112766

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0006708-31.2016.8.14.0131

De ordem da Exma. Dra. CAROLINE BARTOLOMEU SILVA, MM. Juíza de Direito da Comarca da Vara Única de Vitória do Xingu, Estado do Pará, na forma da lei etc.

MANDA ao Oficial de Justiça deste Juízo que INTIME-SE:

TESTEMUNHA:

PAULA MILAGRE SANTOS E SILVA residente na Rua 03, nº 3047, Bairro Mutirão, Altamira/PA, Tel. (94) 99196-1265.

FINALIDADE: COMPARECER À audiência de instrução e julgamento para o dia 01 de junho de 2023, às 13h00min (endereço constante no cabeçalho)

ATENÇÃO:

- A parte/testemunha deverá apresentar seu documento oficial com foto no início da audiência (ex: RG, carteira de motorista, Carteira de trabalho).
- Fica a testemunha advertida de que "Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública" (art. 218 do CPP).

Em caso de dúvida, por favor entre em contato com o Fórum de Vitória do Xingu pelo e-mail 1vitoriadoxingu@tjpa.jus.br ou telefone/WhatsApp (91) 98411-2766.

Dado e passado nesta Comarca de Vitória do Xingu/PA, em 03 de maio de 2023. Eu......Layzza Dinay Amorim Vasconcelos, Diretora de Secretaria, digitei e subscrevo.

Layzza Dinay Amorim Vasconcelos

Diretora de Secretaria

Observações da CGJ: Visualizando o modelo de mandado disponibilizado pela unidade no corpo do relatório, não é possível constatar se faz uso dos códigos para fins de preenchimento automático com as informações no Pje (denominados



"variáveis"), o que agiliza bastante a confecção de documentos e exige que a unidade mantenha os dados cadastrados no sistema em conformidade com os documentos disponíveis no processo eletrônico.

- 7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.
- 54 (cinquenta e quatro) registros como "pendentes" na aba expedientes do perfil da secretaria da unidade judiciária.
- 7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado "não urgente" para cumprimento?

45 dias.

7.5. Considerando a Vara como <u>juízo deprecante</u>, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?





Observação CGJ: Etiqueta: Aguardando devolução de carta precatória. Tem 09 cartas precatórias, porém verificam os prazos quando do controle dos processos paralisados há mais de cem dias.

7.6. Considerando a Vara como <u>juízo deprecado</u>, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Sim, aguardando devolução do mandado por Oficial de Justiça (notificado). ≡ PJë Encometre 224 processos. **ETHOLISTAN** MPUMPO HI DRIBBITUR 2015 A 161131 0000 20 назнеммое ремешейе * B ***** AND RESERVED DESCRIPTION OF STREET Ckr@nxeCron 0606529-14.3533.8.14.3431 0.2 AND ARROWS OF THE PARTY OF THE D RESERVED OF THE PARTY OF THE PA Q X 10 ---Care Private Core (1907 14 8-40) 2021-0. 1 4 motor
Chindre print Visitali Ire Lair (18 Caparinas) for Chindress

- Vala Director Visitali Ire Lair (18 Caparinas) for Chindress

- Vala Director Visitali Ire Lair (18 Caparinas) for the Chindress

- Vala Director Visitali Ire Chindress (18 Caparinas) for the Chindress

- Vala Director Visitali Ire Chindress (18 Caparinas)

- Vala Director Visital Conv. (80) LEUK NO 2025 N. LE-RIAN

Observação CGJ: A Unidade pode melhorar as etiquetas para identificar as cartas precatórias recebidas e expedidas para controle mais efetivo diretamente no sistema Pje.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

As audiências são realizadas de forma híbrida, com disponibilização de link para participação das partes e advogados, sempre contando com a presença da magistrada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

no Fórum. Quando se trata de questão em que há necessidade de ser realizada exclusivamente presencial, é feita a intimação com informação expressa para quem deve comparecer presencialmente no Fórum.

Observação CGJ: As audiências de custódia devem ser presenciais.

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

23 (vinte e três) audiências de instrução e julgamento pautadas para o mês de junho (mês com semana estadual da conciliação).

A maior parte das audiências de instrução pautadas estão relacionadas a feitos criminais.

A pauta de audiência da unidade está para marcação em setembro de 2023.

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim, 17 (dezessete) processos.

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Apenas 01 processo aguardando julgamento de precedente nº 080074652.2020.0814.0005 (Execução Fiscal), conforme verificado no Painel de Gestão Judiciária pelo último movimento de suspensão por "Incidente de Resolução de demandas repetitivas".

Observações da CGJ:

Ao consultar os autos restou verificado que a decisão de suspensão em razão de IRDR nº 03 do TJPA (recolhimento antecipado e despesas com oficiais de justiça em processos de execução fiscal pela Fazenda Pública) se deu em 18.03.2020, ainda pelo Juiz da 3ª Vara Cível de Altamira.

Vale registrar que em 14.06.2023 foi proferido despacho nos autos para intimação de



exequente para manifestação, sem haver qualquer pronunciamento sobre a manutenção ou retirada da condição de suspenso, nem mesmo sobre o julgamento do IRDR nº 03, suposta causa de suspensão do processo, sendo imprescindível tais verificações para regularidade da retomada da marcha processual.

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Na possuíam rotina em razão do baixo quantitativo de processos aguardando julgamento de precedentes.

8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Sem registro de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade (infância e juventude).

Foi informado da realização de 07 (sete) audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes nos últimos 6 meses.

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

07 crianças/adolescentes (01 evadida, com mandado de busca e apreensão em aberto).

Observações da Corregedoria:

09 (nove) crianças acolhidas pelas informações extraídas no SNA, dentre elas há grupos de irmãos.

GISELE DE SOUZA ALVES – evadida da entidade de acolhimento

EMILLY DA SILVA ALMEIDA – desacolhida (consultar autos)

MARIA LUIZA DA SILVA MARQUES – desacolhida (consultar autos)



Existem 02 (duas) audiências concentradas marcadas na próxima segunda-feira, dia 26.06.23 (ELIZIANE SANTOS VASCONCELOS e BIANCA JULIANE BARBOSA DOS SANTOS, parentesco com relação à mãe).

Foram feitas orientações quanto ao ajuste do número de crianças realmente acolhidas e o que consta do SNA.

8.8. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Não.

Em consulta ao sistema SNA no dia 24.01.2024 foi verificada a existência de uma pendência para solução imediata no sistema SNA (processo nº 08000033-82.2023.814.0131).

8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

A equipe da unidade informou que é realizada a correição anual do Cartório Extrajudicial da comarca. E que o cartório possui unidade interligada ao Hospital Municipal.

Observações da CGJ: Restou verificado pela CGJ que foi realizada a correição no Cartório do Único Ofício de Vitória do Xingu pela Juíza Titular da Vara única da mesma comarca no dia 30.01.2023 (processo no sistema PjeCor sob o nº 0000011-54.2023.2.00.0614). E, especificamente quanto a unidade interligada ao hospital municipal, em consulta ao sistema Justiça Aberta do CNJ restou verificado que embora a referida unidade tenha apontado vinculação ao sistema interligado (ANEXO V), o hospital público onde há a maternidade não está cadastrado no CNJ como unidade interligada (ANEXO VI), pelo que deve a magistrada orientar o Oficial da Serventia extrajudicial a enviar ao CNJ, pelo endereço eletrônico extrajudicial@cnj.jus.br, os dados da unidade e da serventia para que seja realizado este cadastro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Cartório possui uma unidade interligada ao Hospital Municipal (Maternidade).

Observações CGJ: Tal como descrito no item anterior, em consulta ao sistema Justiça aberta do CNJ, restou verificado que, no caso da comarca de Vitória do Xingú, somente há informação quanto possuírem interligada, mas a maternidade/hospital não está cadastrada (ANEXOS V e VI).

8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto "Registro tardio" (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Sim, encontra-se identificado.

Observações da CGJ: Em consulta ao acervo da unidade por meio do Painel de Gestão Judiciária, ao utilizar o filtro do assunto "Registro de Nascimento após o prazo legal" (TPU 7732), restaram identificados 05 (cinco) processos em tramitação na unidade, sendo que um deles é do ano de 2021 (0800636-29.2021.814.0131), ao qual deve ser dado impulsionamento, com agilidade, para o encerramento da demanda.

8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Negativo para ambos os questionamentos.

8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Sim. A magistrada está presente no Fórum quando das audiências.



Organização da pauta de audiências:

Terça, quarta e quinta – pauta regular

Segunda e sexta – urgências, encaixe e situações específicas

Pautam por temas próximas para agilização (exemplo visualizado na pauta cível no mês de julho de 23: um dia para alimentos, um dia para conciliação consumidor, um dia para conciliação família)

Na pauta, a depender do tipo de audiência, assunto e situação, são colocadas cores diferentes para facilitar a visualização.

Há semanas específicas para os criminais.

Três instruções por dia, calculando o tempo médio de 1h 30 min para realização das criminais. Tudo para que não haja espera das partes nas seguintes audiências.

8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim. Os servidores do gabinete já têm ciência da coluna de tempo de paralisação no Painel de Gestão que pode ser utilizada com período inferior há 100 dias de modo a evitar paralisações superiores a 100 dias.

8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (gestão judiciária)?

Sim.

8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

117 (cento e dezessete), conforme Painel de Metas Nacionais, na data da inspeção.

9. ROTINA CRIMINAL

Observação CGJ: São realizadas em média 10 a 12 audiências por dia, com pauta para 20/09/2023. Mas, já realizaram 20 audiências de TCO.

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:



- a. (x) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (x) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (x) Movimentação processual;
- d. () Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. (x)Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe:
- f. (x) controle dos prazos e imediata certificação;
- h. (x) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. (x) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "*Informações Criminais*"
- 9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica n. 4 Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)

Prejudicado.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta "Balcão Virtual"? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

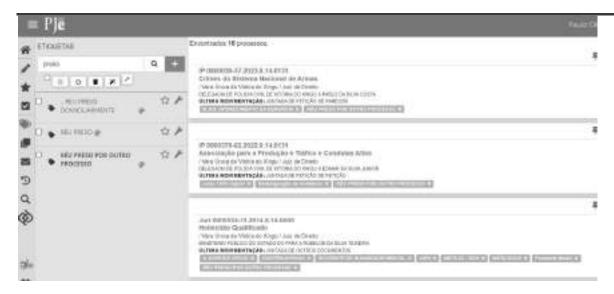
Presencialmente no balcão da secretaria e virtualmente através do balcão virtual, e-mail institucional e WhatsApp da unidade (91 98411 2766)

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)









Através de etiqueta e de tabela no Microsoft Teams, constantemente atualizada. **Observação CGJ:** A Unidade encaminhou cópia da planilha de controle de processos envolvendo réus preso provisórios. No dia da inspeção a Unidade possuía **24** processos envolvendo réus presos provisórios.

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

Sim.

Observação CGJ: De acordo com a data das prisões, há 15 (quinze) processos envolvendo réus presos provisórios tramitando há mais de 180 dias. Em análise, por amostragem, dos processos n. 0800335-82.2021.8.14.0131, 0800114-02.2021.8.14.0131, 0803921-60.2021.8.14.0024, foi constatada, em todos eles, decisão de revisão da manutenção da prisão cautelar, em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? (Diretriz Estratégica n. 13/2023



do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1° semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)

Os processos são tratados com prioridade, inclusive para designação de audiências. Não há um tempo preciso devido termos processos redistribuídos da Comarca Altamira e outros originários da Comarca de Vitória do Xingu.

Observação: Há processos de presos sem julgamento há mais de 180 dias.

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)

Delegacia de Polícia Civil de Vitória do Xingu, sim.

Observação CGJ: Em consulta ao CNIEP verificou-se regularidade no cadastramento dos relatórios de inspeção na Delegacia de Polícia nos anos de 2022 e 2023.

Foi feita a visita na delegacia, em que consta a delegacia em estado bom, com duas



celas masculina e feminina, uma sala para adolescentes infratores. Foi entregue pelo



Escrivão Roney a lista de bens apreendidos, para fazer o devido cadastro e destinação dos bens apreendidos. Assim como foi constatado na delegacia que há armas apreendidas.

Observação CGJ: Anexar lista de bens.

10. DO BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO - BNMP:

10.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos e controle dos dados registrados no BNMP? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ-Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).



10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

$\overline{}$		
.5	ım	

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6° da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Sim.

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Não. Quem realiza a pesquisa é a SEAP.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Se acontecer, sim.

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Maio/2023.

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processo Penal)

Maio/2023.

Observação da CGJ: Foi observado que não há o efetivo controle do prazo prescricional. É necessário que seja feito o controle por meio de etiquetas com ano e mês.

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

Observação: Execução das ANPPS, multa, e regime aberto

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 23/06/2023

PERFIL NO SEEU	Regime	Regime
	fechado e	aberto e
	semiaberto	Medidas
		Alternativas
Total de Execuções Ativas:	Prejudicado	31
Intimações pendentes na Secretaria – COM	Prejudicado	
URGÊNCIA		
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com	Prejudicado	00
URGÊNCIA		
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com	Prejudicado	00
URGÊNCIA		
Análise de juntada – processos aguardando	Prejudicado	00
recebimento no Distribuidor		
Processos com pendência de implantação*	Prejudicado	00
Total de processos conclusos	Prejudicado	14
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem)	Prejudicado	00
dias.		
	1	

*Atenção: *Os dados dos processos com pendências de implantação devem ser solicitados pela Unidade à Secretaria de Informática através de chamado técnico

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto



sob jurisdição da Vara?

Observação da CGJ: 31 Execuções ativas no SEEU.

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

Observação da CGJ: Jhonatas Abidanabe Sousa de Sá, Processo n. 0800114-02.2021.8.14.0131, guia de recolhimento provisória expedida em 26/01/2023. Data sentença: 26/10/2022.

José Matheus Oliveira Castro Lima, Processo n. 0800114-02.2021.8.14.0131, guia de recolhimento provisória expedida em 26/01/2023. Data sentença: 26/10/2022.

Rivaldo Ferreira, Processo n. 0800114-02.2021.8.14.0131, guia de recolhimento provisória expedida em 26/01/2023. Data sentença: 26/10/2022.

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

Observação da CGJ: Não foi constatado nenhum processo de pessoa presa submetida a medida de segurança.

12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Jhonata Conceição Salvador, Processo SEEU n. 0480034-28.2019.814.0045.

Observação da CGJ: Atestado de pena regular emitido no sistema SEEU.

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre



a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Sim.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

22/06/2023

Observação da CGJ: A audiência de custódia deve ser presencial.

3.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

58

Informação da Unidade

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

10/08/2023 (Júri)

Observação da CGJ: A audiência está designada para 20/09/2023 - Processo n.º 0800205-58,2022,814,0131

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

03 sessões designadas para 13 de junho, 08 e 10/08/2023

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Realizada: 01.

Designada: 02

14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.



03 processos. 0000406-30.2009.8.14.0005, 0002738-04.2008.8.14.0005 e 0089885-24.2015.8.14.0005

Observação da CGJ: Por ocasião da inspeção apenas dois processos estavam aguardando a realização de sessão do júri em 08 e 10/08/2023.

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?

Janeiro/2023

Observação da Corregedoria: A magistrada Caroline Bartolomeu Silva realizou correição na Unidade no dia 30/01/2023, relatório encaminhado no PJECOR n. 0000588-14,2023,2,00,0814.

15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

Prejudicado. Registre-se que se trata da primeira inspeção realizada na Comarca por equipe da Corregedoria Geral de Justiça.

16. OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA:

A Comarca de Vitória do Xingu foi instalada em outubro de 2020. A atual Magistrada é titular desde maio de 2021. Receberam o acervo de Altamira e passaram a digitalizar esse acervo físico, o que demandou muito da equipe da unidade.

A Magistrada tem conhecimento dos sistemas, perfil de gestora, com uma equipe que trabalha para melhorar os índices da unidade. Reportou a situação do presídio que fica em Vitória do Xingu, o que gera uma demanda maior na área criminal.

A Magistrada reportou que há um Promotor de Justiça de Altamira que faz as audiências em Vitória do Xingu, e as audiências são realizadas por vídeo conferência. Assim como, há um cronograma de atendimento presencial pela Defensoria Pública. O Defensor Público é de Altamira e responde por Vitória do Xingu.

A Magistrada informou, ainda, que por ocasião da inspeção tinha um Promotor de Justiça



e Defensoria Pública em Vitória do Xingu.

As audiências são feitas no formato híbrido. Tem comunidades ribeirinhas e a distância é grande das comunidades para cumprimento dos mandados. E por causa da Usina, no que se refere aos processos criminais, as partes são do tempo da construção da usina ou remanescentes o que gera dificuldade para cumprimento dos mandados.

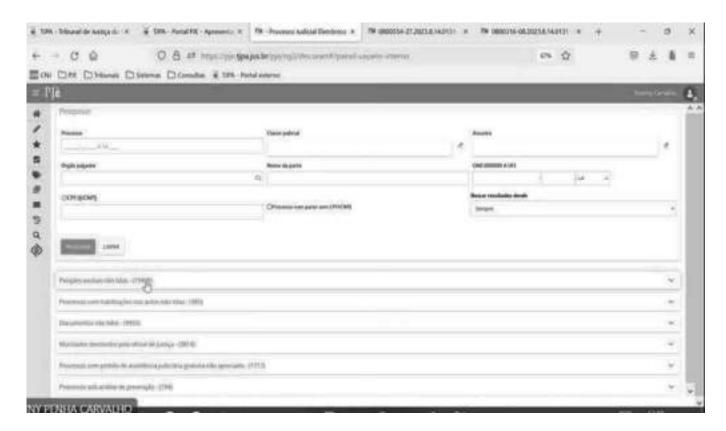
Verificou-se que a Unidade precisa padronizar as etiquetas, considerando-se que tinha cinco páginas de etiquetas, inclusive devendo excluir as repetidas e que tenham finalidade idêntica. O ideal é que construam um glossário de etiquetas com visualização física e digital para toda a equipe, de modo que ao lado do nome da etiqueta haja uma descrição para a finalidade dela, com rígido controle na criação de novas etiquetas e exclusão de outras já existentes. A magistrada informou que já chegou com um padrão de etiquetas considerando-se que eram servidores novos, com uma vara recém-criada. A lista de presos do BNMP é de 24 presos, que confere com a lista de word, porém difere do quantitativo do PJE, que possui 31 processos com réus presos, conforme se observa do print abaixo.



A Corregedoria Geral realizou workshop sobre PJE com a Assessora técnica em informática da CGJ, em que foram vistas as etiquetas, automação das etiquetas, eventos criminais, agrupadores, cadastramento de bem. Na ferramenta agrupadores constam

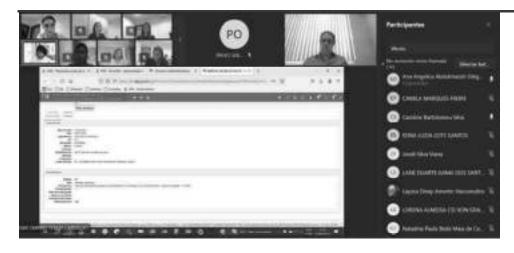


19048 nas petições avulsas não lidas, por não ter sido feito a retirada manual, o que foi esclarecido durante a reunião. Abaixo consta print do PJE com o quantitativo dos agrupadores.



A Magistrada e equipe da Unidade reportaram que recebem a representação criminal que é distribuída pela Autoridade Policial com uma numeração, quando decretada a prisão, é cadastrado o mandado no BNMP, com a numeração desses autos. Quando a autoridade policial distribuiu o IPL em outro número gera uma dificuldade para cadastrar o alvará de soltura no BNMP. A CGJ orientou a cadastrar no primeiro encaminhado e retificar autuação para que o alvará seja cadastrado no mesmo número de processo no BNMP. Foi realizado workshop com a equipe da Delegacia Local para mostrar como deve ser feito o cadastramento no PJE.







Foi, ainda, realizado workshop com o Coordenador da DPGE, Gleison Augusto Furtado, em que foram esclarecidas as dúvidas em relação ao painel de gestão judiciária.



(print de tela do workshop referente ao painel de gestão)

As partes preenchem errado, e geram um retrabalho da equipe, que acaba tendo que ter



um controle maior das unidades. Foi tratado na Delegacia a questão de distribuição de processos com a mesma numeração.

Tem vários inquéritos na delegacia, entregue a relação na DEPOL para devolução.

No PAC TEM 33 processos paralisados pois não tem serviços de entregar dos correios, dar o encaminhamento. (referente ao relatório de Coordenação de Arrecadação).

Foi verificado SEEU em que constam 31 execuções ativas, conforme print de tela do SEEU abaixo constante:



A Chefe da Unaj de Vitória do Xingu, por ocasião da inspeção era a Sra. LORENA ALMEIDA CEI VON GRAPP. Foram informados os processos que constavam no Relatório de Fiscalização Judicial (item 5 destacado do relatório e colacionado abaixo), tendo sido informado no Teams pela Chefe da Unaj os encaminhamentos dos achados no relatório, conforme abaixo transcrito:

5.1. BOLETOS BANCÁRIOS A RECUPERAR

- 0005599-11.2018.8.14.0005 - Processo inscrito na Dívida Ativa em 18/05/2023

5.2 BOLETOS BANCÁRIOS A SEREM SUBMETIDOS AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA – PAC

- 0800022-58.2020.8.14.0131 PAC Aguardando a questão relatada dos correios
- 0008220-54.2013.8.14.0005 PAC Aguardando a questão relatada dos



correios

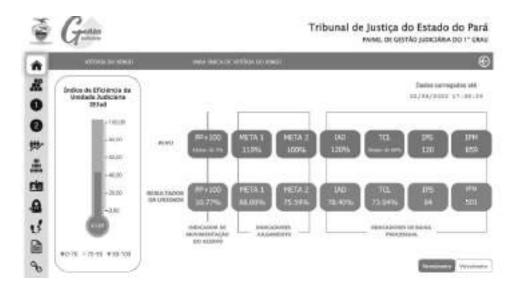
- 0802085-46.2020.8.14.0005 - PAC - Secretaria arquivou sem ter encaminhado para o PAC

5.3 OUTRAS SITUAÇÕES

- 0800328-56.2022.8.14.0131 Custas canceladas em virtude da extinção do processo sem resolução do mérito, em razão do cancelamento da distribuição por falta de recolhimento de custas.
- 0800393-51.2022.8.14.0131 Processo encontra-se no gabinete desde 10/01/2023, aguardando pedido de reconsideração de justiça gratuita.

Na Unidade foi informado, ainda, que há a boa prática da ginástica laborar e painel de audiências com temporizador.

17. DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE.



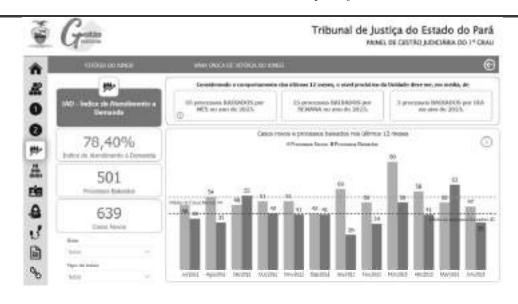








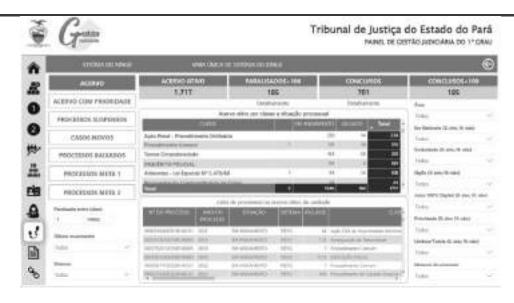






















Tribunal de Justiça do Estado do Pará monte de ostrito posiciona do 1º cana





Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PARKET DE CESTÃO (VENCIÁRIA DO 1º CRAU) AMBIENTE DE RELATORISE



















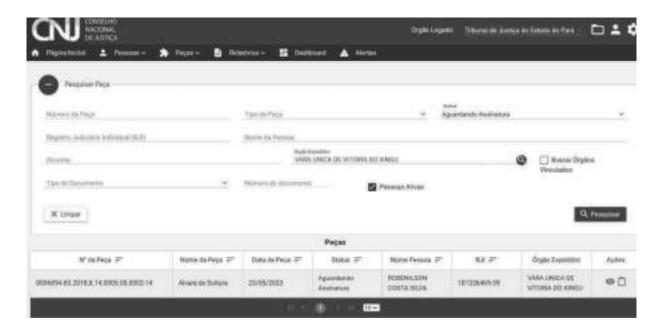










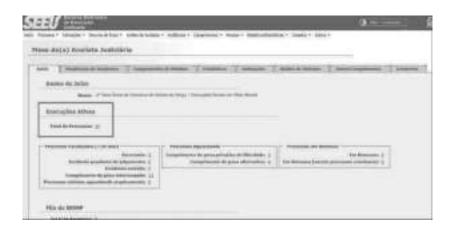






















18. ACERVO DE FOTOS.





Fórum de Vitória do Xingu



Desembargador-Corregedor, Magistrados e servidores da CGJ e do Fórum





Salão do Júri - Abertura da inspeção



Salão do Júri - Abertura da inspeção





Vista interna do Fórum





Sala do Ministério Público e Defensoria Pública





Sala da OAB





Sala de espera



Secretaria Judicial



Secretaria Judicial





Secretaria Judicial



Secretaria Judicial





Secretaria Judicial



Vista frontal Delegacia Vitória do Xingu





Veículos apreendidos Delegacia de Vitória do Xingu



Veículos apreendidos Delegacia de Vitória do Xingu

19. DOCUMENTOS ANEXOS.



ANEXO I - Relatório de fiscalização judicial virtual.

ANEXO II - Relatório de presos provisórios.

ANEXO III - Lista de veículos na Depol de Vitória do Xingu

ANEXO IV - Lista de processos Meta 4 pendentes de julgamento

ANEXO V – LISTA JUSTIÇA ABERTA – Unidades vinculadas ao sistema interligado

ANEXO VI – LISTA JUSTIÇA ABERTA – Maternidades

É o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Des. Corregedor-Geral de Justiça para deliberação final.

Vitória do Xingu-Pa, conforme assinatura eletrônica.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919

Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919 Dados: 2024.02.27 17:55:31 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora da CGJ

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596 COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA

Dados: 2024.02.22 14:34:13 -03'00'

Silvia Mara Bentes de Souza Costa

Juíza Corregedora da CGJ

LORENA RAMOS DO

Assinado de forma digital por LORENA RAMOS DO VALE:74241044 VALE:74241044204 Dados: 2024 02 29

204 11:08:32 -03'00' Lorena Ramos do Vale

Servidora da CGJ

PAULO SERGIO Assinado de forma digital por PAULO OLIVEIRA:2506 SERGIO OLIVEIRA:25062 Dados: 2024.02.27 17:35:55 -03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da CGJ